



A prática da invisibilidade social no discurso midiático sobre as audiências públicas da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Josiele Sousa

Resumo: O debate sobre a viabilidade da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região Xingu do estado do Pará, tornou-se recorrente nas páginas de dois principais jornais paraenses, O Liberal e Diário do Pará no período de 1º/05/2009 a 30/09/2010. Para compreender o processo discursivo de produção e reiteração de sentidos materializados nos textos dos periódicos, com atenção à cobertura das quatro audiências públicas sobre o projeto energético retratadas em 19 textos das publicações, optou-se pela análise do discurso francesa, com destaque para os autores Michel Foucault e Michel Pêcheux. Na aplicação da metodologia, identificaram-se as formações discursivas (FDs) presentes nas matérias, assim como a manifestação da interdiscursividade, sob a ótica de Dominique Maingueneau e suas afirmações sobre o fenômeno em “Gênese do Discurso”. Como resultado da análise, exemplificada com seqüências discursivas de sete textos selecionados, constatou-se a presença da ideologia socioambiental, com fortes vínculos relacionados a outros discursos proferidos sobre Amazônia, esta ainda vista como um local repleto de riquezas a serem preservadas. Destacaram-se as declarações de lideranças de ONGs e de movimentos sociais e, principalmente, de representantes da área Jurídica, incluindo profissionais do Poder Judiciário e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por meio de entrevistas, fotografias, títulos de reportagens e notícias que priorizaram os pontos de vista das fontes citadas, em uma aparente defesa dos direitos sociais dos povos da floresta. Enquanto se valoriza o depoimento de lideranças políticas e de representantes do Ministério Público Federal, ribeirinhos e indígenas sem engajamento político residentes nos municípios envolvidos nas obras da usina continuam excluídos ou inferiorizados no discurso midiático. A invisibilidade dos povos da floresta predomina, mesmo nos textos que retratam as audiências públicas sobre a validade do projeto.